

QUANDO A VÍTIMA DE HOMICÍDIO É O POLICIAL: Os fatores de risco na vitimização por homicídio de policiais civis e militares no estado de Minas Gerais (2014 a 2017)²⁴

Deusdédite dos Santos Pereira Filho²⁵

RESUMO: O presente artigo debate a vitimização por homicídio de policiais em Minas Gerais no período de 2014 a 2017, sendo aqui considerados os casos de homicídio consumado. As informações foram retiradas do Armazém do REDS (Registro de Evento de Defesa Social). Para a análise dos dados foi proposta uma reflexão acerca da sistematização dos fatores de risco à luz da Teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras. Os dados foram classificados didaticamente em Fatores Geográficos, Fatores da Vítima e Fatores da Autoria. Foi realizado o perfil das vítimas de acordo com a classificação proposta.

Palavras-chaves: Vitimização. Criminologia. Risco. Vitimologia. Teoria das Atividades Rotineiras. Polícia Civil. Polícia Militar. Armazém do REDS.



Introdução

Ao consultar as estatísticas e mapas de violência no mundo, para as pessoas que trabalham direta ou indiretamente com a Segurança Pública, é fácil perceber que a taxa de homicídios no Brasil está entre as sete maiores do mundo (World Health Statistics, 2018), incluindo também, nesta percepção, a vitimização de policiais, principalmente no que se refere a homicídios tentados, consumados e autoextermínio, sofridos por esses agentes da área de segurança pública.

Entretanto, os estudos na área mostram o início da construção de um debate teórico-científico sobre o tema, com pouca influência prática para a criação de políticas ou campanhas públicas para minimizar o fenômeno de vitimização policial.

Os estudos de vitimização, em sua grande maioria, dizem respeito às taxas de homicídios da população brasileira em geral e sobre a letalidade policial, ou seja, quando o policial é o autor da vitimização, e pode-se afirmar que tal debate influencia negativamente a auto percepção dos agentes de segurança (SOUZA e MINAYO; 2005). Em relação a esta situação, indica Fernandes (2016, pag. 193): “a questão da morte de policiais é um tema pouquíssimo explorado pela literatura ligada à área, afetando as percepções que os policiais têm sobre o quanto o respeito à vida e às suas integridades físicas recebem da sociedade e do Estado.”

²⁴ Artigo incluído no Dspace MJ - Repositório Institucional - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Biblioteca Digital do SUSP - Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/5818>

²⁵ Investigador de Polícia, Psicólogo e estudante do Curso de Pós Graduação *latu sensu* Especialização em Criminologia da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

Os estudos sobre as taxas de homicídios da população em geral são muito importantes para compreender o fenômeno da violência no Brasil. Todavia, defende-se aqui que o entendimento e a compreensão, com intuito de promover a redução do fenômeno da violência no país, também deve incluir, obrigatoriamente, os debates sobre a vitimização de policiais no território brasileiro.

Com o propósito de colaborar na ampliação deste debate foi concebido este artigo, tendo como proposta a análise dos fatores mais comuns na vitimização policial e sua relação com a Teoria da Abordagem de Atividades Rotineiras.

O objetivo geral deste estudo é, basicamente, analisar estatisticamente os fatores de risco de vitimização fatal dos policiais civis e militares a partir de registros de vítimas fatais ocorridos no período de 2014 a 2017, que estão contidos em uma amostra extraída nas estatísticas de homicídio do Sistema de Defesa Social, mais especificamente, no Armazém SIDS-REDS (Registro de Eventos de Defesa Social) do estado de Minas Gerais.

Para este estudo foi necessário realizar os objetivos específicos que são: organizar e apresentar os registros de vitimização; analisar e apresentar as estatísticas descritivas da amostra; classificar as variáveis em Fatores Geográficos, Fatores da Vítima e Fatores da Autoria; e fazer análise do perfil das vítimas fatais da amostra.

O presente estudo é importante para as instituições que tratam de políticas de segurança pública e para as corporações policiais em geral, pois traz reflexões para a criação e/ou ampliação de políticas e campanhas para a diminuição nos casos de vitimização policial. No caso das corporações policiais, o assunto debatido neste artigo é fundamental para que elas compreendam melhor o fenômeno da vitimização de seus servidores policiais. E, a partir disso, possam criar ou ampliar projetos que incentivem a redução de riscos, bem como a orientação, o acompanhamento, a capacitação e a valorização dos seus servidores.

O artigo também é importante porque responde à atual tendência da criminologia, do direito penal e da política criminal, no que diz respeito à importância do estudo e tratamento

das vítimas e dos fenômenos de vitimização, já que, historicamente, a vítima se encontra na fase denominada de redescoberta de sua importância (GARCIA PABLOS DE MOLINA, 2013).

Além disso, este artigo se justifica pela própria ampliação e evolução do debate sobre violência e vitimização policial, e, por conseguinte, pela colaboração para a conscientização por parte dos agentes policiais, de que eles também são cidadãos detentores de direitos e garantias fundamentais, como o direito à vida, entre outros. Em síntese, os policiais também são detentores do direito à segurança pessoal, integridade física, moral e mental, ou seja, eles também são protegidos pelos Direitos Humanos (MINAYO e ADORNO, 2013).

Neste artigo, buscou-se responder às seguintes questões: Quais os fatores de risco ou características comuns presentes nos casos de vitimização policial por homicídio consumado em Minas Gerais entre os anos de 2014 e 2017? E, a partir desta resposta, o que é necessário para a redução da vitimização dos servidores de corporações policiais? É possível sistematizar os dados quantitativos e qualitativos de modo a ampliar ou facilitar o entendimento dos fatores de risco para vitimizações? A Teoria da Abordagem das Atividades Rotineiras pode contribuir para a análise dos casos de vitimização?

É importante acrescentar que estudar o comportamento da vítima e os respectivos fatores de risco, ainda que provenientes do comportamento desta, não significa culpabilizá-la. Ao contrário, entender o comportamento e decisões da vítima, seja para reduzir danos ou até provocá-los, auxilia na orientação e prevenção de vitimizações, pois "a vítima não é alguém passivo em um delito criminal, mas um ser atuante, um ser relacional." (HILÁRIO, 2002, pag. 73).

1 Referencial Teórico

1.1 Criminologia e Vitimologia

Para responder às questões importantes neste artigo é necessário, primeiramente,

discutir as variáveis e os fenômenos pesquisados sob os conhecimentos da Criminologia, mais especificamente na área da Vitimologia, e da Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras e em outras áreas como Epidemiologia, Estatística, entre outros.

Antes de conceituar a Vitimologia é necessário apontar que esta é parte da Criminologia. Conforme Penteadado Filho (2012, pag. 19) Criminologia é “a ciência empírica [...] e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas.”

Um dos fundadores da Vitimologia, Benjamim Mendelsohn (citado por Penteadado Filho, 2012, pag. 108), diz que ela “é a ciência que se ocupa da vítima e da vitimização, cujo objeto é a existência de menos vítimas na sociedade, quando esta tiver real interesse nisso.”

Farias Junior (1996, pag. 249), por sua vez, diz que “a Vitimologia é a parte da Criminologia que estuda: o comportamento dos delinquentes em relação às suas vítimas; o comportamento de suas vítimas em relação aos criminosos; até que ponto a vítima concorreu para a produção do crime; e a adversidade do homem criminoso.” O comportamento da vítima é estudado mais especificamente por um ramo da Vitimologia chamada Vitimodogmática, que é a parte da Vitimologia que se interessa pela contribuição da vítima no delito, analisando a sua real contribuição no processo

que a vitimou (MARINHO, 2010).

Quanto ao conceito de vítima, Greco (2003 citado por Marinho, 2010), diz que vítima é “aquele que sofre as consequências de determinada conduta típica, de modo relevante, que propicia a atuação do Estado para atingir os fins do direito penal, no Estado Democrático de Direito.”

Já o item 1 do Anexo da Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (1985), esclarece que:

Vítimas são as pessoas que, individual ou coletivamente tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física e um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder.

Concomitante com estes conceitos, as vítimas retratadas aqui são policiais civis ou militares, que sofreram danos à sua integridade física, ou seja, foram vitimizados por homicídio consumado. O comportamento destas vítimas e os fatores que as levaram à vitimização é o objeto a ser problematizado neste estudo.

1.2 Fatores de Risco

Nesse ponto, os conceitos da Vitimologia já explicitados aqui foram relacionados a outro ramo do conhecimento para auxiliar no entendimento da Vitimização de Policiais. Trata-se mais especificamente dos conceitos de risco, vulnerabilidade, fatores de risco e fatores de proteção, provenientes da Epidemiologia que é utilizada nas áreas da saúde. O uso dos referidos conceitos auxilia no entendimento da violência e da vitimização, que, além disso, aliados a Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras de Cohen e Felson permite a construção de ações de empoderamento da capacidade de proteção de vítimas em potencial, que possa diminuir a exposição destas ao ofensor ou às circunstâncias vitimizadoras.

Em outras palavras, o uso destes conhecimentos traz à tona a ideia já bastante discutida de que a violência, embora seja um fenômeno sócio histórico, é um problema de saúde pública e, nesse campo (saúde pública), a violência tem sido estudada com base na clássica abordagem de risco, conforme explicou Ayres et al (citado por RUOTTI; MASSA e PERES, 2011, pag. 379). Complementando a compreensão de risco, a abordagem da vulnerabilidade contribui sobre a dinâmica dos processos **sociais, culturais e individuais** que aumentam a suscetibilidade dos

indivíduos a um determinado evento (ibidem, grifo nosso).

Para Ayres *et al* (2003) e Almeida Filho (1992) (citados por RUOTTI; MASSA e PERES, 2011, pag. 379), “o conceito de risco, central nos estudos epidemiológicos, expressa a probabilidade de ocorrência de doenças e agravos à saúde de populações em determinadas situações ou contextos.” Neste mesmo texto, Ruotti, Massa e Peres (ibidem) acrescenta que “as análises epidemiológicas de risco permitem estabelecer associações probabilísticas de distribuição populacional de um determinado agravo entre diferentes condições objetivas, mensuráveis, como idade, sexo, renda, etc., apresentando caráter eminentemente quantitativo e populacional.”

Em pesquisas sobre os riscos e vulnerabilidades associadas a homicídios, ao justificar a apropriação dos conceitos de saúde pública e epidemiologia em seu estudo, Peres (2007) pondera que os objetivos das ações de saúde pública são prevenir/reduzir a incidência dos agravos. E, para isso, é necessário conhecer os fatores e agir sobre eles. No referido estudo a autora aponta que homicídio é violência interpessoal, intencional e letal, sendo que para sua prevenção é fundamental o conhecimento da dinâmica resultante da interação dos **fatores de risco e fatores de proteção**. Tais fatores surgem na relação entre pessoas em determinado contexto (**social, cultural, histórico**), aliados a características **individuais** que formam a Dinâmica da Vitimização. É exatamente o desequilíbrio nesta dinâmica, na relação entre os fatores de risco e os fatores de proteção, que resulta no aumento das ocorrências, no desencadeamento de novos casos (PERES, 2007, grifo nosso).

Minayo e Adorno (2013, pag. 587), por sua vez, ao pesquisar sobre riscos e segurança na missão policial, apontam as noções de risco desenvolvidas por Beck (1992) e por Hayres (1992). O primeiro defende que “riscos são formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização”; O segundo acredita que o conceito de risco possui duas tendências

notadas historicamente: uma tendência de risco como algo negativo, que está ligado à prevenção de eventos negativos; e, do outro, o risco como algo inerente à vida (MINAYO; ADORNO, 2013, pag. 587).

Ainda nesta pesquisa, os autores pontuam que o referido sentido de Risco está associado intrinsecamente à profissão de policial, de modo combinado com a visão **epidemiológica** e a visão **sociológica**. Epidemiologicamente o seu sentido dá parâmetros quanto ao tamanho dos perigos, dos tempos e dos locais onde é maior a frequência de fatalidades. Sociologicamente, o sentido de risco tem uma dimensão **objetiva** (características de estrutura e funcionamento das corporações policiais, condições de trabalho, regras de orientação da conduta profissional e definição de metas de ação, entre outros); e uma dimensão **subjetiva** (ótica dos policiais significando ousadia, bravura e escolha individual ante encontros, no qual, a depender da orientação institucional, pode aumentar ou diminuir o risco) (MINAYO; ADORNO, 2013, pag. 588 e 589, grifo nosso).

Em outro estudo sobre os riscos percebidos pelos policiais militares e civis, Minayo, Souza e Constantino (2007, pag. 2768) faz a seguinte reflexão sobre profissionais policiais:

Os policiais constituem categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam.

Areosa (2008) explica que “apesar dos múltiplos conceitos do risco, parece existir um elemento transversal a todas as suas definições que é a diferenciação entre aquilo que é possível acontecer (possibilidade) e aquilo que acontece (realidade), ou seja, a incerteza é uma das dimensões do risco.” (AREOSA, 2008 citado por MELO e NUMMER; 2014, pag. 01). Neste mesmo estudo, Melo e Numer, identifica que “o sentido de risco percebido pelo policial pode ser agrupado em quatro categorias que combinam a visão

epidemiológica, a visão jurídica, a visão sociológica e os riscos voluntários (eletivos)." (MELO e NUMMER, 2014, pag. 03)

Giddens (1991 citado por SOARES, 2012) diz que "risco é um termo que concebe a responsabilidade humana sobre eventos que ameaçam a segurança, anteriormente arrogados à sorte, ao destino, a deus e à natureza." Desta forma, é possível concluir que o risco, por ser responsabilidade humana, também pode ser evitado.

Por fim, em um artigo sobre vitimização de policiais militares do estado de São Paulo, Fernandes analisou o risco sob dois aspectos percebidos na morte das vítimas, que ele classificou da seguinte maneira: **Condições Sociais** (sexo, idade, raça/cor, cargo); e **Condições Situacionais** (motivação, atividade profissional dentro da instituição, unidades das vítimas, instrumento empregado). (FERNANDES, 2016, grifo nosso)

1.3 Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras

A Teoria das Abordagens de Atividade Rotineira consegue explicar os fenômenos criminais e trata objetivamente do estudo das circunstâncias em que os crimes ocorrem (COHEN; FELSON, 1979 citado por BEATO; PEIXOTO e ANDRADE, 2004).

Conforme seus criadores, para que um crime ocorra é necessário três elementos: **ofensor motivado, alvo disponível e ausência de guardiões** (ibidem).

O ofensor motivado é aquele sujeito que vê a oportunidade de cometer um delito de qualquer natureza, ou seja, tem relação com as **condições situacionais** de Fernandes (2016). O alvo disponível é o sujeito com potencial para se tornar vítima, e se aproxima do conceito de risco na visão **Sociológica**, mais especificamente na dimensão denominada de **subjéctiva** pelos autores Minayo e Adorno (2013), e de risco classificado como **Condições Sociais** do fato para Fernandes (2016). E a ausência de guardião diz respeito a falta de meios humanos ou comportamentais de prevenção de

ações criminosas, e se aproxima bastante dos conceitos de risco na visão **Epidemiológica** de Minayo e Adorno (2013).

Desta forma, o alvo disponível pode contribuir mais ou menos para o crime através de atitudes de risco ou de proteção. Nesse caso, sabendo-se quais os perfis das vítimas em potencial é possível a adoção de intervenções para diminuir a probabilidade de vitimizações (ibidem).

Neste artigo em especial, a vítima em potencial é o policial civil ou militar, que já é uma profissão de risco. Além desta constatação, é possível avaliar quais os comportamentos ou atitudes diminuem ou aumentam a probabilidade de sua vitimização, traçar um perfil das vítimas em potencial e planejar intervenções nestes sujeitos para melhorar sua capacidade de proteção.

2 Metodologia

O presente artigo é uma pesquisa exploratória e empírica com base em análises de dados secundários provenientes do Armazém do REDS/SIDS de primeira notificação, no qual foi realizado estudo estatístico com técnicas descritivas da vitimização policial, com o intuito de classificação de variáveis (fatores de risco).

Os registros de que se trata este artigo tinham como escopo os homicídios consumados contra policiais civis e militares que ocorreram entre o ano de 2014 e de 2017 dentro do estado de Minas Gerais.

Para este estudo, utilizou-se os dados coletados no Armazém do REDS/CIDS, que foram gerados a partir do preenchimento dos REDS (Registro de Evento de Defesa Social) registrados pelas forças policiais (Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro Militar), a partir de eventos de defesa social.

Os dados foram processados em planilha eletrônica do Microsoft Office Excel, na qual as variáveis foram selecionadas e processadas, e os fatores de risco classificados como Fatores Geográficos, Fatores da Vítima e Fatores da Autoria. A classificação proposta aqui remete à semelhança dos fatores de risco conforme classificação de

Minayo e Adorno (2013), e de Fernandes (2016), já citado no referencial teórico. A partir destas classificações e apresentação dos dados, foi proposta a análise e a crítica dos resultados, em comparação com a Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras.

3 Apresentação e Discussão dos Resultados

Os dados utilizados neste estudo foram solicitados ao Portal da Transparência através do seguinte link: <http://www.transparencia.mg.gov.br/>, no programa de acesso à informação (e-SIC – Sistema Eletrônico de Acesso à Informação), no qual a demanda foi encaminhada à SESP (Secretaria de Estado de Segurança Pública). Na solicitação encaminhada a este órgão constou os seguintes pedidos:

- a. **dados da ocorrência** (descrição da ocorrência, data, número, local, horário, cidade, endereço, causa presumida, histórico, quantidade de vítimas, quantidade de autores, motivação, modus operandi, meio utilizado, entre outros);
- b. **dados da vítima** (sexo, idade, estado civil, cutis, cargo, masp, folga ou serviço, lotação, entre outros); e
- c. **dados dos autores** (se houve prisão/ identificação de autores/suspeitos, número, idade, profissão, idade, motivação, estado civil, sexo, cutis, endereço, etc).

Nos dados remetidos em formato de planilha eletrônica pelo Portal da Transparência, que foram extraídas do Sistema Armazém SIDS do REDS em primeira notificação para o estudo, algumas variáveis solicitadas foram suprimidas pelo órgão, que justificou a necessidade de

preservação da identidade e preservação dos envolvidos na ocorrência, Tais dados suprimidos são: histórico da ocorrência, logradouro do fato, nome do envolvido, cargo/ocupação do envolvido, estado civil, cargo efetivo operacional, unidade de serviço efetivo operacional. Entre estas supressões, os dados referentes à cargo efetivo operacional, estado civil e unidade de serviço efetivo eram fundamentais para o estudo.

A partir dos dados recebidos foram utilizados alguns filtros para delimitar variáveis, bem como aprimorar outras. Além disso, os dados foram submetidos à análise estatística descritiva, com criação de gráficos e tabelas para demonstração dos resultados. É importante observar que, dos registros tratados, não foram analisados aqueles criados por outras instituições além da Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais. Tampouco foram utilizados registros de vitimização em outros estados, nem as vitimizações tentadas. Os dados finais não foram contrastados com outros resultados oficiais, pois o objetivo deste estudo foi apenas analisar estatisticamente a amostra pesquisada.

Em resumo, o estudo concentrou em Policiais Cíveis e Militares vítimas de homicídio consumado entre os anos de 2014 e 2017, dentro do estado de Minas Gerais. Trata-se aqui de registros de primeira notificação, consumados e, caso tenham sido tentados, que o resultado fatal tenha ocorrido no mesmo dia do fato, ou que esteja descrito no histórico do REDS. Após analisados e filtrados os dados encaminhados para o estudo, resultou-se em um total de 30 registros fatais entre 2014 e 2017 conforme a tabela 1, que será analisada na subseção 4.2.

Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa dos registros fatais e as respectivas corporações de onde as vítimas pertenciam (PCMG e PMMG)

CORPORAÇÃO	ANO DOS REGISTROS									
	2014	2014%	2015	2015%	2016	2016%	2017	2017%	Total	Total%
POLICIA CIVIL	3	37.5%	3	42.86%	0	0%	1	11.11%	7	23.33%
POLICIA MILITAR	5	62.5%	4	57.14%	6	100%	8	88.89%	23	76.67%
Total Geral	8	100%	7	100.00%	6	100%	9	100.00%	30	100.00%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

De modo diferente dos outros autores, neste estudo as variáveis coletadas que apontam os fatores de risco foram analisadas e classificadas em três eixos ou tipos de fatores da seguinte forma:

- a. **Fatores Geográficos** são aquelas variáveis que demonstram as características do espaço, do tempo, das instituições, do ambiente externo/interno, entre outros, que se aproxima dos conceitos de Ausência de Guardiã e também de risco na visão Epidemiológica e risco classificado como Condições Sociais do fato. Por exemplo: local, mês, ano, dia, horário, bairro, estado, periferia/centro, entre outros);
- b. **Fatores da Vítima** são os fatores que têm relação direta com a vítima, o seu estado, seu comportamento, suas qualificações e as suas características, que se aproxima do conceito Vítima Disponível e da noção de risco do ponto de vista Sociológico de dimensão Subjetiva. Exemplo: idade, cargo, escolaridade, estado civil, reação/comportamento, histórico, experiência, sexo, corporação a que pertence, estado de saúde biopsicossocial, a serviço ou na folga, entre outros; e,
- c. **Fatores da Autoria**, que são aqueles fatores relacionados à autoria e ao(s) autor(res) do fato delituoso, que estão relacionados com o autor motivado, do qual se tem pouco

controle e com as Condições Situacionais do fato. Como exemplo destes fatores pode ser citado: circunstância, motivação, fato tentado/consumado, meio utilizado, causa presumida, relação vítima/autor, grau de lesão, quantidade de autores, entre outros.

3.1 Fatores Geográficos

Os fatores geográficos, que são aqueles em que sua frequência mostra as características espaciais, temporais e urbanísticos comuns em registros de vitimização, foram analisados da seguinte forma:

A tabela 2 mostra a frequência dos registros de policiais vitimados nas cidades onde ocorreram os registros e os respectivos anos do fato 2014-2017. É possível perceber que nos quatro anos dos registros a vitimização manteve certa estabilidade, em que a maior frequência ocorreu em 2017 e a menor ocorreu no ano anterior. Outro fato que chama a atenção é que as três cidades onde ocorreram as maiores frequências totais fazem parte da RMBH, que são: Belo Horizonte (seis registros no total, 20% do total da amostra), Betim (quatro, 13% do total da amostra) e Contagem (três, 10% do total da amostra) e, juntas, somaram 43% do total. Este fato pode ser interpretado como sendo aumento de risco ao policial que trabalha, mora ou visita a RMBH.

Tabela 2 – Frequência de vitimização policial por ano nas cidades onde ocorreram os registros

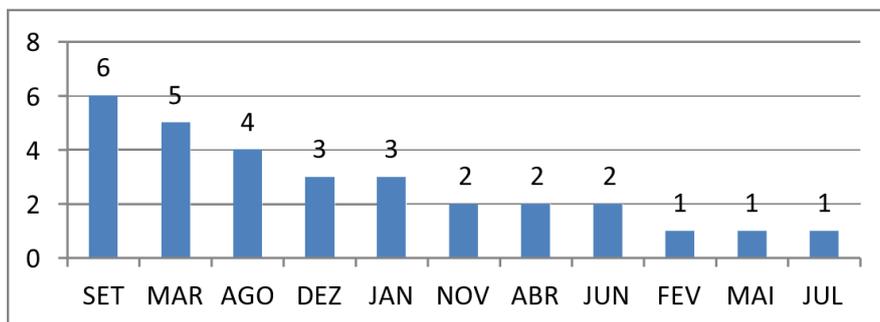
MUNICÍPIO	2014	2015	2016	2017	Total Geral	Total FR Rel
BELO HORIZONTE	3	3	-	-	6	20%
BETIM	1	1	1	1	4	13%
CONTAGEM	-	-	1	2	3	10%
RIACHO DOS MACHADOS	1	-	-	-	1	3%
SANTA MARGARIDA	-	-	-	1	1	3%
RIO POMBA	-	-	-	1	1	3%
TOCANTINS	1	-	-	-	1	3%
POMPEU	-	-	-	1	1	3%
PADRE PARAISO	-	-	-	1	1	3%
ILICINEA	-	-	-	1	1	3%
POUSO ALEGRE	1	-	-	-	1	3%

ITABIRITO	-	1	-	-	1	3%
RIBEIRAO DAS NEVES	-	1	-	-	1	3%
ITAPEVA	-	1	-	-	1	3%
SANTA LUZIA	-	-	1	-	1	3%
ITINGA	-	-	1	-	1	3%
SETE LAGOAS	-	-	1	-	1	3%
JAIBA	-	-	-	1	1	3%
ALMENARA	1	-	-	-	1	3%
MONTES CLAROS	-	-	1	-	1	3%
Total Geral	8	7	6	9	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Ainda em relação às Variáveis Geográficas, tem-se o gráfico 1, que mostra a frequência de registros fatais de vitimização de policiais em MG no intervalo de 2014 a 2017, e aponta o mês de setembro como o mais frequente e ainda com o maior número de registros no intervalo supracitado. Tal fato pode indicar incidência maior de vitimização policial no referido mês, que curiosamente em tal mês comemora-se a festa da independência do Brasil. Entretanto, não se pode afirmar que o fato do mês ser marcado pela mais importante festa cívica do país aumenta o risco de vitimização policial.

Gráfico 1 - Frequência de meses com registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017



Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Em relação às faixas horárias e dias da semana mais fatais é possível observar pela tabela 3 que os intervalos de 18:00 às 23:59 e 00:00 e 05:59 mostram mais registros de vitimização (10 registros cada um), sendo que as sextas e sábados são os dias que também possuem maiores registros (seis e oito registros respectivamente). Isso demonstra que o período noturno e os fins de semana aumentam o risco de vitimização para o policial.

Tabela 3 - Frequência de faixa horária com respectivos registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 por dias da semana

DIA / SEM	FAIXA HORÁRIA				Total Geral
	De 00:00 às 05:59	De 06:00 às 11:59	De 12:00 às 17:59	De 18:00 às 23:59	
DOM	1	-	2	1	4
SEG	-	2	-	-	2
TER	2	-	1	2	5

QUI	2	-	1	2	5
SEX	-	1	2	3	6
SAB	5	1	-	2	8
Total Geral	10	4	6	10	30

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Quanto aos locais dos registros a Tabela 4 mostra que os lugares mais arriscados são: via de acesso pública (dezoito registros), casa (cinco registros) e banco/casa de câmbio (2 registros).

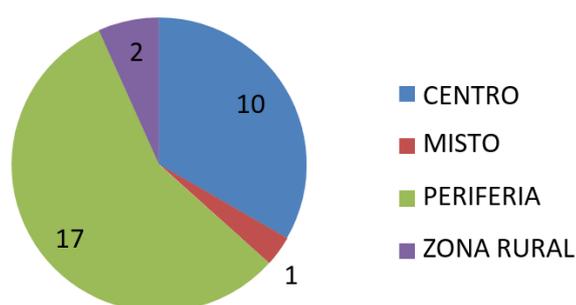
Tabela 4 - Frequência dos locais de registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017

LOCAIS DOS FATOS	FREQ ABSOLUTA
VIA DE ACESSO PUBLICA	18
CASA	5
BANCO / CASA DE CAMBIO	2
APARTAMENTO	1
BAR / LANCHONETE / RESTAURANTE / SIMILAR	1
CASA LOTERICA	1
MERCEARIA / SACOLAO / SUPERMERCADO	1
POSTO DE COMBUSTIVEL	1
Total Geral	30

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Enfim, o gráfico 2 informa que, em relação ao espaço urbano, os lugares com maior frequência de registros, logo maior risco de vitimização policial, são nas periferias das cidades com dezessete registros, seguidas pelo centro, com 10 registros.

Gráfico 2 - Frequência de locais da área urbana com registro de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017



Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

3.2 Fatores da Vitima

Outro eixo tratado nesta pesquisa diz respeito aos Fatores da Vitima, que são aqueles diretamente associados à pessoa da vítima, ao seu estado, às suas qualificações, comportamentos, entre outros. Contudo, com os dados disponibilizados para este estudo não foi possível aprofundar nesta análise, de modo a contemplar variáveis importantes, como o tempo de serviço na corporação, histórico da ocorrência que narra o comportamento da vítima, entre outros.

A tabela 1, já exibida acima, mostra a frequência absoluta e relativa dos registros fatais divididas por corporação (Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais). Nota-se que no período avaliado a Polícia Militar registrou 76,67% do total de vitimizações fatais e a Polícia Civil, por sua vez, 23,33%. Em 2016 não houve registro fatal de policiais civis. Em 2015, os registros fatais foram quase meio a meio para as duas corporações. Este dado demonstra que o risco de vitimização por ser Policial Militar é maior do que por ser Policial Civil.

Com relação ao cargo efetivo da vítima, a tabela 5 mostra quais as vítimas mais comuns por sexo e corporação. Para os policiais pertencentes à Polícia Civil, o Investigador de Polícia do sexo masculino é cargo em que a vitimização foi mais frequente no total, com 43% (cinco registros) da soma dos registros desta corporação. As investigadoras (sexo feminino), por sua vez, somaram 29% (2 registros). Este cargo é de maior número na corporação civil e ainda são os maiores responsáveis pelas diligências mais arriscadas.

Tabela 5 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 de acordo com a corporação, o sexo e o respectivo cargo efetivo

CORPORAÇÃO / CARGO EFETIVO	FEM	FEM %	MASC	MASC %	Total Geral	Total Geral %
POLICIA CIVIL TOTAL	2	29%	5	71%	7	23%
INVESTIGADOR DE POLÍCIA	2	29%	3	43%	5	17%
DELEGADO DE POLICIA	-	0%	1	14%	1	3%
ESCRIVÃO DE POLICIA	-	0%	1	14%	1	3%
POLICIA MILITAR TOTAL	1	4%	22	96%	23	77%
SOLDADO 1 CLASSE	1	4%	9	39%	10	33%
CABO	-	0%	9	39%	9	30%
3 SARGENTO	-	0%	2	9%	2	7%
2 SARGENTO	-	0%	1	4%	1	3%
SUBTENENTE	-	0%	1	4%	1	3%
Total Geral	3	10%	27	90%	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Na corporação Militar, os soldados de 1º classe do sexo masculino (nove registros), seguidos pelos cabos, também do sexo masculino (nove registros), foram as maiores vítimas, perfazendo 78% do total de vítimas da sua corporação. Nesse caso, isto se explica porque soldados, cabos e sargentos estão em maior número, e também são aqueles que mais se colocam no confronto e no trabalho de patrulhamento nas ruas

Tabela 6 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 de acordo com a faixa etária e corporação

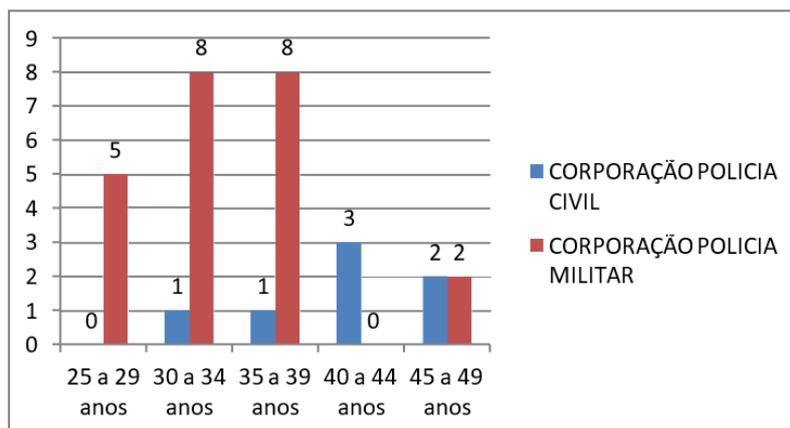
FAIXA ETÁRIA	CORPOR. FREQ ABSOLUTA E FREQ RELATIVA				Total	Total %
	PC	PC %	PM	PM %		
25 a 29 anos	0	0%	5	22%	5	17%
30 a 34 anos	1	14%	8	35%	9	30%
35 a 39 anos	1	14%	8	35%	9	30%
40 a 44 anos	3	43%	0	0%	3	10%

45 a 49 anos	2	29%	2	9%	4	13%
Total Geral	7	100%	23	100%	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Em relação à faixa etária das vítimas, constatou-se que na amostra, na Polícia Civil o maior número de vitimização é entre os 40 a 44 anos (três registros) e entre os 45 a 49 anos (dois registros) que, somados, equivalem a 72% da amostra desta corporação, conforme tabela 6 e gráfico 3.

Gráfico 3 - Frequência de faixas etárias com registro de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017



Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Ao contrário do que ocorre na PCMG, na Polícia Militar as faixas etárias com maior vulnerabilidade estão entre 30 a 34 anos e 35 a 39 anos com 8 registros cada uma, seguida das de 25 a 29 anos com 5 registros. Estas três faixas etárias somam juntas 92% das vitimizações desta corporação.

Em outras palavras, enquanto na PCMG o envelhecimento da idade pode representar risco mais elevado para vitimização, na PMMG, por outro lado, é a juventude que torna o risco de vitimização maior.

Tabela 7 - Frequência de registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 separados por corporação em serviço ou na folga

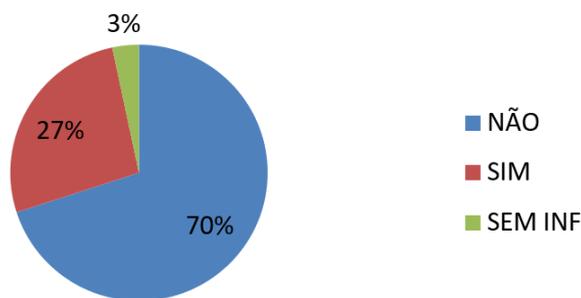
Policial em serviço?	PCMG/PMMG FREQ ABS E FREQ REL				Total Geral	Total FR
	PC	PC FR	PM	PM FR		
NÃO	6	86%	15	65%	21	70%
SIM	1	14%	7	30%	8	27%
SEM INF	0	0%	1	4%	1	3%
Total Geral	7	100%	23	100%	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

A tabela 7 e o gráfico 4 demonstram que a maior parte dos policiais vitimados nesta amostra não estava em serviço. Somente 27% estava em serviço durante o registro fatal e 70% do total estava de folga. Do grupo de Policiais Cíveis equivale a 86% na folga e Policiais Militares 65%. Esse fato demonstra que se é durante a folga que ocorrem mais registros fatais, é necessário estabelecer metas para diminuir este risco.

Gráfico 4 - Frequência dos registros de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 em serviço ou na folga

Policial a serviço?



Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

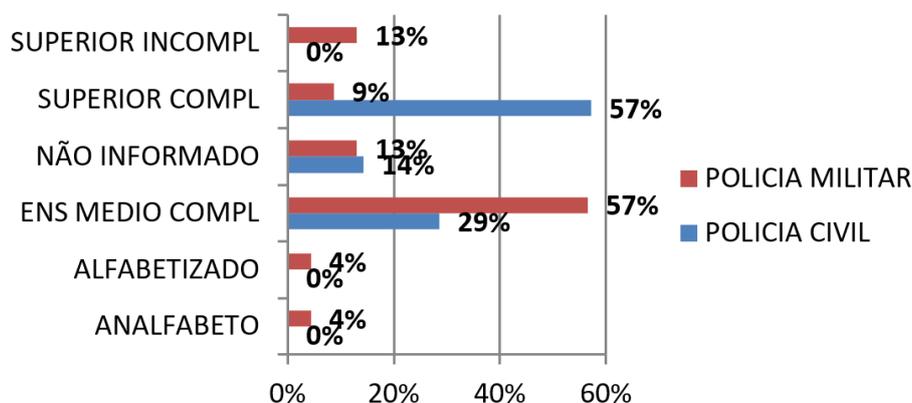
Em relação à escolaridade, a partir da Tabela 8 e do gráfico 5, é possível perceber que a amostra apontou que, ao contrário da PMMG (57%), que tem como vítimas pessoas de ensino fundamental completo, na PCMG a frequência das vítimas é de curso superior completo (57%), e de ensino médio (29%).

Tabela 8 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 por escolaridade e corporação

ESCOLARIDADE	CORPORAÇÃO		Total Geral
	POLICIA CIVIL	POLICIA MILITAR	
ANALFABETO	-	1	1
ALFABETIZADO	-	1	1
ENS MEDIO COMPL	2	13	15
NÃO INFORMADO	1	3	4
SUPERIOR COMPL	4	2	6
SUPERIOR INCOMPL	-	3	3
Total Geral	7	23	30

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Gráfico 5 - Frequência dos registros de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 por escolaridade



Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Quanto a cor da pele, as vítimas brancas são a maioria total da amostra, sendo que na PMMG foram doze vítimas brancas, seguidas pelas pardas (nove registros). Na PCMG a maioria foram pardas (quatro registros), conforme tabela 9.

Tabela 9 - Frequência de registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 pela cor da pele

CÚTIS	POLICIA CIVIL	POLICIA MILITAR	Total Geral
BRANCA	1	12	13
PARDA	4	9	13
IGNORADA	1	1	2
NEGRA	1	1	2
Total Geral	7	23	30

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

3.3 Fatores da Autoria

Esta parte da pesquisa se propôs a analisar os Fatores da Autoria, ou seja, aquelas variáveis que estão relacionadas diretamente ao comportamento e características do(s) autor(es). Neste ponto será analisado, por exemplo, a motivação, a ação (tentado/consumado), o instrumento utilizado para o ato criminoso, relação vítima/autor, entre outros. Nesta pesquisa, algumas características da autoria foram especificadas anteriormente, mais especificamente no que se refere à ação consumada, com vitimização fatal, entre outros.

Em continuidade à análise dos Fatores da Autoria, analisou-se a frequência das causas presumidas para a ação do(s) autor(es) nos registros. Conforme a tabela 10, o total geral dos registros da amostra apontam que a causa presumida mais comum está relacionada à vantagem econômica. As corporações diferem em números, já que os registros referentes à PMMG apresenta a maioria dos registros referentes à vantagem econômica (dez registros em vinte e três), e os referentes à PCMG, foram dois registros em sete.

Tabela 10 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 e suas causas presumidas

CAUSA PRESUMIDA	CORPORAÇÕES		Total
	POLICIA CIVIL	POLICIA MILITAR	
VANTAGEM ECONOMICA	2	10	12
IGNORADO	2	3	5
OUTRAS MOTIVACOES OU CAUSAS	1	4	5
BRIGA / ATRITO	1	1	2
ACAO DE GANGUES / FACCOES CRIMINOSAS	-	1	1
ATRITO FAMILIAR	1	-	1
ENVOLVIMENTO COM DROGAS	-	1	1
OUTROS - CAUSAS COMUNS	-	1	1
PASSIONAL	-	1	1
VINGANCA	-	1	1
Total Geral	7	23	30

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Este dado deveria ser consonante com aqueles referentes à causa presumida registrada nos REDS, entretanto, como mostra a tabela 11, o preenchimento dos registros não teve padronização. Entretanto, é possível perceber que os fatos relacionados a crimes contra o patrimônio apresenta uma parcela significativa. Neste ponto, é necessária outra forma de apontar esta variável, já que o latrocínio e a tentativa de assalto/roubo parecem ser causas comuns nestes registros de vitimização policial.

Tabela 11 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 e suas causas primárias

CAUSA PRIMÁRIA	CORPORAÇÕES				Total	Total %
	PCMG	PCMG %	PMMG	PMMG %		
HOMICIDIO	5	71%	11	48%	16	53%
ROUBO	1	14%	4	17%	5	17%
ROUBO/LATROCINIO	1	14%	3	13%	4	13%
HOMICIDIO/LATROCINIO	-	0%	2	9%	2	7%
HOMICIDIO/TRAFIGO	-	0%	2	9%	2	7%
DISPARO DE ARMA/ ACIDENTE	-	0%	1	4%	1	3%
Total Geral	7	100%	23	100%	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

Por fim, foram analisadas ainda as circunstâncias do fato, ou seja, o que e como ocorreu o fato que culminou na vitimização do policial. Observando a tabela 12 é possível perceber que esta variável também traz dificuldades para ser analisada, já que o preenchimento não apresenta uma padronização e depende exclusivamente da subjetividade do agente que fez o registro do fato no REDS. Desta forma, fica confusa a análise das circunstâncias do fato.

Tabela 12 - Frequência registros fatais de vitimização de policiais em MG de 2014 a 2017 e as respectivas circunstâncias do fato

CIRCUNSTÂNCIA DO FATO	CORPORAÇÕES				Total	Total %
	PCMG	PCMG %	PMMG	PMMG %		
CONFRONTO COM CIVIL	1	14%	8	35%	9	30%
EXECUCAO SUMARIA CONTRA AGENTE	2	29%	5	22%	7	23%
AGENTE VITIMA DE ASSALTO	2	29%	4	17%	6	20%
CONFLITO INTERINDIVIDUAL	1	14%	2	9%	3	10%
OUTROS	-	0%	2	9%	2	7%
CONFRONTO COM CIVIL/ ROUBO	1	14%	-	0%	1	3%
HOMICIDIO	-	0%	1	4%	1	3%
OUTROS/FOGO AMIGO	-	0%	1	4%	1	3%
Total Geral	7	100%	23	100%	30	100%

Fonte: Portal Transparência / Armazém_REDS_CIDS

É importante afirmar que tanto as circunstâncias do fato quanto as causas primárias e presumidas serão esclarecidas na investigação a partir do inquérito que o registro gerou. Todavia, durante o registro do evento já é possível ter alguma noção destas informações, e fazer o correto apontamento no sistema REDS. Faltou ainda, para esta análise, outros dados referentes aos autores, como número de autores, identificação ou não da autoria, faixa etária, entre outros.

Considerações finais

Neste artigo foi realizado um estudo empírico a partir de dados provenientes do Armazém do REDS (Registro de Evento de Defesa Social) fornecido pelo Portal da Transparência de Minas Gerais, da Secretaria de Defesa Social.

Os registros analisados foram as vitimizações consumadas de policiais civis e militares nos anos de 2014 a 2017, que somaram ao todos 30 casos. Em relação ao número e qualidade dos dados, foi percebido tratar-se de um número pequeno da amostra, que dificulta ou impede generalizações ou conclusões mais robustas, ou, ainda, o uso de ferramentas estatísticas mais elaboradas. Porém, é possível fazer conclusões pontuais e apontar novas possibilidades para outras pesquisas na área. Entretanto, como se trata de pesquisa exploratória, outros estudos maiores poderão ser realizados para a comprovação dos resultados, bem como testes da teoria.

Em relação a outras pesquisas é importante que o período de análise seja maior que apenas quatro anos, e que a análise se estenda à vitimização tentada e ao autoextermínio para melhor compreensão dos fatores de risco.

Nesta pesquisa, diferentemente de outros estudos e autores, foi proposta outra forma de classificação dos fatores de risco, que foram divididos em Fatores Geográficos, Fatores da Vítima e Fatores da Autoria. Tal classificação foi embasada pela Teoria das Atividades Rotineiras, que aponta para práticas de compreensão prática e prevenção da vitimização.

A análise dos Fatores Geográficos (relacionados à ausência do guardião e/ou às características epidemiológicas dos fatores de risco) indicou que nesta amostra os riscos são maiores para policiais que morem, trabalhem ou estejam de passeio na RMBH, e também na região periférica das cidades. O risco também aumenta em relação à hora do dia, tendo como principal período de risco entre as 18h00 e as 05h59min, nas sextas e sábados, no mês de setembro e março. E o local que mais vitimou os policiais foram as vias de acesso pública (ruas e avenidas) e também as casas.

Na análise dos Fatores da Vítima (relacionados ao conceito de alvo disponível e as características sociológicas subjetivas do risco) a amostra indicou que o policial militar em relação ao civil está mais propenso ao risco de ser vítima. No caso desta corporação, os soldados de 1ª classe, os cabos e os sargentos do sexo masculino são os mais propensos ao risco. No caso dos policiais civis, a maioria das vítimas era investigador de polícia do sexo masculino. Quanto à faixa etária, mais comum nesta amostra estão os de 30 a 34 anos e os de 35 a 39 anos na corporação militar, e em sua grande maioria os policiais estavam na folga nas duas instituições. Na PCMG, a faixa entre 40 e 50 anos foi mais comum na amostra. O ensino médio completo é o registro mais comum entre os policiais militares. Por sua vez, o ensino superior completo é mais comum entre as vítimas policiais civis. A maior parte das vítimas eram brancos e pardos entre os militares, e, entre os civis, eram pardos.

Quanto à análise dos Fatores da Autoria (relacionados com o conceito de autor motivado e às condições Situacionais do fato), apesar da baixa qualidade dos dados, a amostra apontou que a causa presumida mais comum para a vitimização dos policiais está relacionada à vantagem econômica, ou seja, refere-se a crimes contra o patrimônio. As análises da causa primária e das circunstâncias do fato ficaram prejudicadas já que faltou padronização no preenchimento dos dados.

Todavia, é possível afirmar que nesta amostra as circunstâncias do fato apontam para confronto

com civil, execução sumária do agente e agente vítima de assalto no somatório total das duas corporações. Já a causa primária aponta ter sido homicídio, roubo e latrocínio. É importante afirmar também que a análise realizada confirma que, destas três características, os elementos referentes à autoria são os que possuem o menor controle para os estudos e para o fato criminoso em geral.

Diante disso, é possível propor às duas instituições a adoção de práticas para a devida orientação de seus membros, principalmente o perfil apontado aqui, quanto aos perigos dos locais, horários, dias de semana, maior vigilância nas ZQC's (Zonas Quentes de Criminalidade), principalmente nas folgas.

Quanto ao registro do REDS, é recomendada a padronização do seu preenchimento e desenvolvimento de mecanismos que possam fazer com que os dados sejam mais confiáveis. Nos casos de vitimização tentada, por exemplo, seria importante que o próprio sistema solicitasse ao agente responsável pelo registro, a posteriori, o complemento sobre da conclusão da ocorrência, seja ela fatal ou não, nos crimes tentados, já que foi necessária a pesquisa de outros registros fora dos dados disponibilizados para o conhecimento da conclusão dos fatos registrados.

Por fim, outros estudos deverão ser realizados para a ampliação, compreensão e diminuição dos fenômenos de vitimização dos agentes de segurança pública em comparação com a Teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras, principalmente nos casos de vitimização tentada (que parece demonstrar mais informações sobre o fenômeno de vitimização e seus fatores de risco), e de autoextermínio, (que podem estar associados à saúde mental e emocional do policial, nível de estresse no trabalho e os efeitos e influências destes na qualidade dos relacionamentos interpessoais e intrafamiliares, além da saúde mental e emocional dos policiais). ■

Referências

AEROSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. VI Congresso Português de Sociologia, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/>

[pdfs/323.pdf](https://www.scielo.br/pdf/323.pdf). Acesso em: 20 nov. 2013. ALMEIDA-FILHO, N. *A clínica e a epidemiologia*. Salvador: Apce/Abrasco, 1992.

AYRES, J.R.C.M. et al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.116-39.

BEATO F., Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. **Crime, oportunidade e vitimização**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200005>.

BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Editorial Sage; 1992.

COHEN, Lawrence & FELSON, Marcus. (1979), **"Social change and crime rate trends: a routine approach"**. *American Sociological Review*, 44: 588-608

FARIAS JÚNIOR. **Manual de Criminologia**. Curitiba: Juará, 1996.

FERNANDES, A. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 192-219, 2016.

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. **O que é criminologia?** Tradução: Danilo Cymrot. 1. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

HILÁRIO, Vera Lúcia. **Vitimologia e a Vítima Criminal no Brasil**. 2002. Monografia Especialização em Direito Processual da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. 2002.

HAYES, M. **On the epistemology of risk: Language, logic and social science**. *Social Science and Medicine* 1992; 35(4):401-407.

MARINHO, Juliana Costa Tavares. **A importância da análise do comportamento da vítima no direito penal**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_ar

tigos_leitura&artigo_id=7113>. Acesso em junho de 2018.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. **Policial Militar: uma profissão de risco. Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Natal/RN. 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965_ARQ_UIVO_ArtigoRBA2014CesareFernanda.pdf>. Acesso em: nov.2018.

MENDELSON, Benjamim. In PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767- 2779, Nov. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100024&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100024>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder.** 29 de novembro de 1985. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclPrincBasJusVitCrimAbuPod.html>>. Acesso em: 01 julho de 2018.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia.** 2. ed. São Paulo, 2012.Saraiva, 2012.

PERES, M.F.T. **Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios.** In: CRUZ, M.V.G.; BATITUCCI, E.C.

(Orgs.). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p.125-39.

REIS, E. – **Estatística Multivariada Aplicada.** Edições Sílabo, Lisboa, 1997.

RUOTTI, C.; MASSA, V.C.; PERES, M.F.T. **Vulnerabilidade e violência: Uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens.** Interface - Comunic., Saude, Educ., v.15, n.37, p.377-389, abr./jun. 2011.

SOARES, Diogo Picchioni. **Percepção de risco no trabalho em segurança pública.** Curitiba 2012. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/18_84/50994/R%20-%20E%20-%20DIOGO%20PICCHIONI%20SOARES.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 de novembro de 2018

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, Dec. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400015&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>.

WORLD HEATH STATISTICS 2018: **Monitoring health for the SDGs. sustainable development goals.** Geneva: World Health Organization; 2018.Licence: CC BY-NC- SA 3.0 IGO. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1>